**“CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS”: fronteiras e regiões.**

Márcia Milena Galdez Ferreira

Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão, Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão.

**Resumo:** Interpretação de processos e movimentos de identificação em curso entre moradores de um trecho do Centro Histórico de São Luís que vem sendo designado por estes e por instituições públicas e privadas que ali realizam investimentos como Desterro. O problema abordado foi construído a partir do mapeamento dos critérios de classificação utilizados por esses moradores nas suas relações cotidianas, onde a memória da Zona do Baixo Meretrício, que ali vigorou por várias décadas, se apresenta como um dos elementos que institui princípios de divisão entre eles. Utilizo o conceito de região de Bourdieu (2003, p.113) para construir regiões que ora se apresentam separadas por fronteiras ora se imiscuem. Utilizo o conceito de fronteira como “lugar de passagem” (HALL, 2003, p.33), onde atores sociais que se classificam como outros, identificam-se, em outros momentos, como mesmos.

**Palavras-chave:** região, fronteira, memória, identificação.

**Abstract:** Interpretation of ongoing processes and movements of identification between inhabitants of a stretch of the Historical Center of São Luís that has been designated by these and by public and private institutions that carries through investments there as Desterro. The boarded problem was constructed from the mapping of the criteria of classification used by these inhabitants in its daily relations, where the memory of the Zona do Baixo Meretrício, that invigorated there per some decades, presents itself as one of the elements that institutes principles of division between them. I utilize the region concept of Bourdieu (2003, p.113) to construct regions that, sometimes present themselves separated by borders, sometimes interpenetrate. I use the border concept as “passage place” (HALL, 2003, p.33), where social actors who classify themselves as others, identify, at other moments, as same.

**Key-words:** region, border, memory, identification.

## INTRODUÇÃO

Entre setembro de 2003 e julho de 2004, costumava andar nos finais das tardes pelas ruas dos bairros da Praia Grande e do Desterro, buscando estranhar e me familiarizar com o espaço social eleito como campo empírico<sup>1</sup>. Nessas andanças, olhando o campo, percorria, desde o início da Rua da Estrela, na esquina com a Rua de Nazaré, até a Igreja do Desterro, situada no final da Rua da Palma.

Assim, passava pelos bares, restaurantes e praças do Reviver<sup>2</sup>, frequentados por turistas e pela boêmia *cult* da cidade. Subindo a rua da Estrela percebia uma boate e um bar requintado se imiscuem entre repartições públicas, sedes de sindicatos, a Escola de Arquitetura da Universidade Estadual do Maranhão, a Escola de Música, um prédio restaurado pelo governo do Estado para servir de moradia aos funcionários públicos, no andar de cima, e de local de produção e exposição de arte, no térreo, e uns três casarões utilizados como habitação coletiva<sup>3</sup> então ocupados.<sup>4</sup>

Essa rua é bastante movimentada durante o dia e extremamente deserta à noite, quando mais parece uma cidade fantasma, devido ao reduzido número de moradores. Ao seu final, situa-se o muro do Convento das Mercês, cuja frente se encontra na Rua da Palma.

Nessas andanças/olhadas no campo, normalmente subia a Jacinto Maia, virando no Convento das Mercês e percorrendo a Rua da Palma até chegar à Igreja do Desterro, refazendo sempre o caminho de volta para a Praia Grande, através da 28 de julho. Para além das

---

<sup>1</sup> O trecho do *Centro Histórico* eleito como campo empírico (ver mapas p. 6-7) corresponde a uma parte do perímetro que vem sendo designado como bairro do Desterro por instituições públicas e privadas que ali têm realizado projetos. A partir de 1997, com a obtenção do título de Patrimônio da Humanidade pela cidade de São Luís, tal área passou a ser melhor assistida por esses investimentos.

<sup>2</sup> Denominação do projeto efetivado, principalmente, na década de 1980 no governo de Eptácio Cafeteira, o qual tinha como objetivo inicial revitalizar o *Centro Histórico* de São Luís. Conforme Corrêa (2003, p.128) estavam previstas nesse projeto ações de revitalização da área a partir da implantação de pousadas e de um Programa de Habitação voltado para funcionários públicos, as quais não tiveram aplicação significativa. O bairro da Praia Grande, maior contemplado pelas ações de tal projeto, passou a ser denominado na mídia e no cotidiano de moradores da cidade, turistas, moradores e frequentadores da área como Reviver. Para maiores informações consultar CORRÊA (2003, p.128-136).

<sup>3</sup> Com essa expressão designo habitações coletivas constituídas em prédios do *Centro Histórico* abandonados por seus proprietários e ocupados por indivíduos que deles fazem suas moradias.

<sup>4</sup> Dois dos quais foram desativados em setembro de 2004, para se efetivar uma reforma que visa a estabilizar esses e outros sete prédios dos bairros da Praia Grande e Desterro. Seus moradores foram temporariamente deslocados para um sobrado situado na Escadaria Humberto de Campos, na Praia Grande, onde deveriam permanecer por sete meses, período inicialmente previsto para a execução dos trabalhos.

diferenças na arquitetura<sup>5</sup> entre as duas áreas percorridas, nenhuma outra descontinuidade saltava aos olhos. Era como se estivesse percorrendo trechos de um mesmo universo social.

O avanço da inserção em campo, fez, das minhas andanças, caminhadas. A caminhada, segundo Magnani (2000, p.36), “pelo efeito de estranhamento que induz, permite treinar e dirigir o olhar para uma realidade inicialmente tida como familiar e conhecida”. Assim, um percurso que nas andanças assistemáticas parecia homogêneo, foi-se afigurando como indicativo de três paisagens sociais distintas, três fisionomias.

Primeira: ruas 28 de julho e Jacinto Maia. É manhã. Homem negro, de meia idade, está sentado na calçada, à sombra. Parece imóvel, olhando para um tempo ido. Num boteco, dois homens bebem sem pressa cerveja barata. Uma senhora negra e gorda se posta atrás do balcão, num ambiente escuro, só muito atentamente traduzido como lanchonete, onde alguém talvez consuma um café. Uma mulher suja e embriagada dorme no batente de uma porta. Ao seu lado, sentados, dois homens. Não conversam e nem parecem vigiar seu sono. Além do sol escaldante, só resta um silêncio de morte que não se agita com a passagem do transeunte. Alguém entra em portas de sobradões onde vivem pessoas à procura de um real de alguém. Alguém, de dentro da porta, não tem um real, mas pergunta, coçando a cabeça, que bicho deu hoje. É sábado. É noite. Crianças correm pela rua, brincando com cachorros. Homens e mulheres jogam dominó num tabuleiro colocado sobre as próprias pernas à guisa de mesa. Quem perde, paga a cerveja: elemento do ritual do jogo. Numa mesa, posta à porta de casa, vendem-se pastel e batata frita. A zanga da dona da venda não tem força para inibir o fiado do filho do vizinho; que já deu a primeira dentada no pastel. Um fogareiro, mais adiante, não pára de assar carne. O freguês está, decerto, a caminho. Um jogo de vôlei intercepta a rua por onde carros não passam mais. Crianças brincam de andar em cima do muro do Convento das Mercês. De todos os cantos, ouvem-se risos.

Da Rua da Palma, acima do muro do Convento até a Delegacia de Polícia: outro cenário. É manhã. Bebê passeia na ponta dos pés por entre o lixo espalhado na calçada. Na boca, prato descartável usado. A mãe me encara com fúria quando, desconcertada, faço graça para a criança, tentando disfarçar que meu olhar atento pinta, com ligeireza, um quadro.

---

<sup>5</sup> Da Praia Grande até a altura do Convento das Mercês, a arquitetura é marcada pelos imponentes sobrados em estilo colonial português, e do Convento até a Igreja do Desterro, predominam portas e janelas (casas térreas que se caracterizam pela fachada com uma porta e uma janela) e meias moradas (casas térreas que se caracterizam pela fachada com uma porta e duas janelas), uma arquitetura mais simples e menos pomposa.

Passam carros, passa gente. Senhor, alquebrado pela idade, sentado numa cadeira de sapateiro. Ao lado, tabuleiro de bombom. No rosto, a tranqüilidade de quem não espera freguês. Alguém vem comprar cigarro barato. Alguém lhe pede moeda a ser paga de tarde. Alguém passa e cumprimenta. Rapaz, sentado no degrau da calçada. Parece esperar algo. No rosto, a certeza de que hoje vai ser igual a ontem. Flanelinhas perguntam com os olhos se quero alguma coisa. Nada respondo nem com palavras nem com gestos. Olhos vermelhos e esbugalhados me encaram. Faço de conta que nada vejo. É domingo. Fim de tarde. Mulher senta no chão da calçada, outra na beirada da rua. Senhora receita à moça benzimento em terreiro. Casarão prestes a tombar no chão, formiga de gente. Alguém insulta alguém numa discussão tensa e rápida. Muro pintado com o número do candidato da eleição retrasada. Toca um *reggae*. Homem dança no meio da rua abraçando garrafa. Mulher brinca com uma faca, sem apontá-la para alvo preciso. Qualquer um ou ninguém está na mira. É noite. A rua escurece. Agora tenho medo de olhar.

Rua da Palma, abaixo do muro do Convento, em direção à Igreja do Desterro: outro retrato. É manhã. Casas com portão fechado, grades nas janelas, grades nas portas. Cheiro de bife. Nas calçadas, lixo nos sacos. Há um carro e uma moto estacionados na rua, não muito distantes um do outro. Igreja fechada, largo vazio. É sábado. Fim de tarde. Uma moto passa veloz. Quando se aproxima, pode-se identificar o motorista: criança aventureira. No largo da Igreja, tem jogo de bola e pegador. A porta da Igreja está aberta. Cai a noite. É dia de novena. Vai ter bolo de tapioca na casa de alguém. Homem alto e magro, sentado num dos três degraus que dão acesso à Igreja. Conversa com menino, ralha com eles calmamente. Mulheres levam cadeiras para a porta de outra mulher. Falam da novela enquanto passa o Jornal Nacional. Movimento, gente. Criança, homem e mulher vão à praça. A praça ainda pulula de gente. Descendo a escada da praça, chega-se à outra praça. Antes de chegar à praça, olham-se, à esquerda, casas que parecem não ter morador e, à direita, geladeiras usadas, que esperam concerto, enquanto a semana não começa. Uma música alta dá a um bar uma movimentação de birosca de parada de ônibus de bairro de periferia.

Nessas caminhadas, “não se tratava de buscar o inusitado, o inesperado, mas, ao contrário, o reiterativo, o padrão, a norma” (MAGNANI, 2000, p.36). Alinhavando cacos do exótico repetidos incessantemente, tracei o esboço de fisionomias que iam se tornando

familiares. Com o passar do tempo cada um desses três rostos foi se fazendo mais distinto um do outro e já me parecia absurdo tê-los um dia fundido numa só fisionomia.

A partir dessas caminhadas, contudo, só era possível traçar as linhas mais gerais desses rostos. Só lhes pude, porém, vislumbrar as rugas, manchas, marcas e sinais quando consegui enxergá-los mais de perto, mas ainda assim, sei que a imagem que deles traço é fruto da perspectiva que adoto para olhá-los. O avanço da incursão em campo (o olhá-los mais de perto) e as ferramentas conceituais adotadas (a perspectiva de onde os vejo) me possibilitaram ver tantas nuances desses rostos.

### 1. REGIÕES E FRONTEIRAS: construção do problema.

A participação no Projeto Viver o Desterro<sup>6</sup> possibilitou-me construir uma outra imagem do espaço físico e social outrora representado como homogêneo. Nas discussões realizadas no grupo de pesquisa Memória e Patrimônio tive oportunidade de deparar-me com algumas peculiaridades do “bairro”<sup>7</sup>, até então, imperceptíveis nas andanças.

Nas nossas conversas, eram sempre interessantes as observações feitas por Marta, participante do grupo e moradora do Desterro, desde a infância. Numa de nossas reuniões, ela narrou que, quando criança, havia sido disciplinada a dobrar a Rua da Palma na altura da Rua Jacinto Maia, em direção ao Mercado Central, evitando passar pelo espaço delimitado como Zona do Baixo Meretrício<sup>8</sup>, a ZBM<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> Parceria realizada entre a Superintendência Regional do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Maranhão, o Núcleo Gestor do Centro Histórico de São Luís e o Grupo de Pesquisa Patrimônio e Memória da Universidade Federal do Maranhão, financiado pela Companhia Vale do Rio Doce, teve como objetivo resgatar as memórias do bairro do Desterro e realizar atividades, visando a uma educação patrimonial dos moradores da área.

<sup>7</sup> Não há uma definição oficial dos limites entre os bairros da Praia Grande, Desterro e Portinho. Quando utilizo a categoria “bairro” ao longo do texto o faço no sentido que adquire nos discursos dos entrevistados, qual seja, designando um perímetro físico que não tem, geralmente, um correspondente preciso nas *regiões* que utilizarei como ferramenta conceitual.

<sup>8</sup> Conforme Campos (2001, p.28), o intento de segregar um espaço da capital para a atividade da prostituição era parte de um projeto mais amplo, que tinha como objetivo “o saneamento urbano de São Luís, ao qual se atrelavam interesses de saneamento moral”. Ordenar e civilizar a cidade pressupunha definir um *espaço do prazer* no perímetro urbano. Desde o início da década de 1930, o meretrício ludovicense passou a ser alvo de intervenções do poder público. A partir de setembro de 1931, nas casas de prostituição passaram a ser realizados “giros [inspeções] diurnos e noturnos da Guarda Civil [...] Em São Luís, as interferências foram, a princípio, verificadas na imposição de limites aos horários de circulação das meretrizes no território da cidade”.(CAMPOS, 2001, p.30-31)

<sup>9</sup> Na bibliografia disponível acerca da ZBM, normalmente se faz referência a sua criação, no início da década de 1940, durante a Interventoria de Paulo Ramos no Maranhão, embora nenhuma das obras consultadas presente

E acrescentou que, por vezes, dobrava involuntariamente a mesma esquina, repetindo um hábito gravado no corpo há muitos anos. Nessa narração, as ruas do “bairro” do Desterro se apresentavam como um espaço fisicamente próximo, mas socialmente separado das ruas que outrora abrigaram a ZBM<sup>10</sup>. Esse primeiro indício da construção de uma fronteira permaneceu adormecido no caderno de campo até ser acordado por outras surpresas que me aguardavam. Em agosto de 2004, teve início uma oficina de fotografia para crianças que fazia parte do Projeto Viver o Desterro. O grupo de pesquisa que a integrava participou como colaborador nas atividades ali realizadas.

A experiência nessa atividade propiciou a observação de aspectos fundamentais para a construção do objeto. Percebi, pela primeira vez, a existência e eficácia de classificações que dividiam os moradores do que, até então, julgava ser um espaço<sup>11</sup> homogêneo. Um princípio de di-visão era/é acionado para cindir tal espaço contíguo em regiões. O conceito de região proposto por Bourdieu parece uma ferramenta útil no movimento de construção teórica necessário à aproximação e apreensão do campo empírico:

A etimologia da palavra região (régio), tal como a descreve Emile Benveniste, conduz ao princípio da divisão, acto mágico, quer dizer, propriamente social de diacrisis, que conduz por decreto, uma descontinuidade decisória na continuidade natural (não só entre as regiões do espaço, mas também entre as idades, os sexos, etc.) (BOURDIEU, 2003, p.113).

No campo empírico adotado, utilizo a noção de instituição de regiões, pelo decreto de uma descontinuidade socialmente construída na continuidade natural. Num espaço físico vizinho, estabelecem-se duas regiões distintas: a região de “cima” e a região do “Desterro”. Tratam-se, como propõe Bourdieu, de lutas a respeito da construção de identidades:

---

documentação indicativa do momento preciso dessa institucionalização e dos motivos que levaram à sua efetivação especificamente nesse local. Na breve pesquisa realizada nos arquivos, não foi localizado nenhum dado sugestivo. A desativação da ZBM e o enfraquecimento de suas atividades também é alvo de opiniões controversas. Contudo, esse trabalho não tem como objetivo perscrutar marcos oficiais do início ou do fim da ZBM, mas sim investigar as múltiplas representações da ZBM de outrora e de uma zona atual acionadas pelos moradores da área estudada. A título de informação, Lopes (2004, p.29-30) aponta que a ZBM funcionou de forma mais intensa entre as décadas de 1950 até o início dos anos oitenta. E, a partir de 1968, com a inauguração da Ponte do São Francisco, que imprimiria diversas alterações na utilização do espaço urbano, as atividades da prostituição, até então concentradas na ZBM, deslocam-se para outras áreas da cidade.

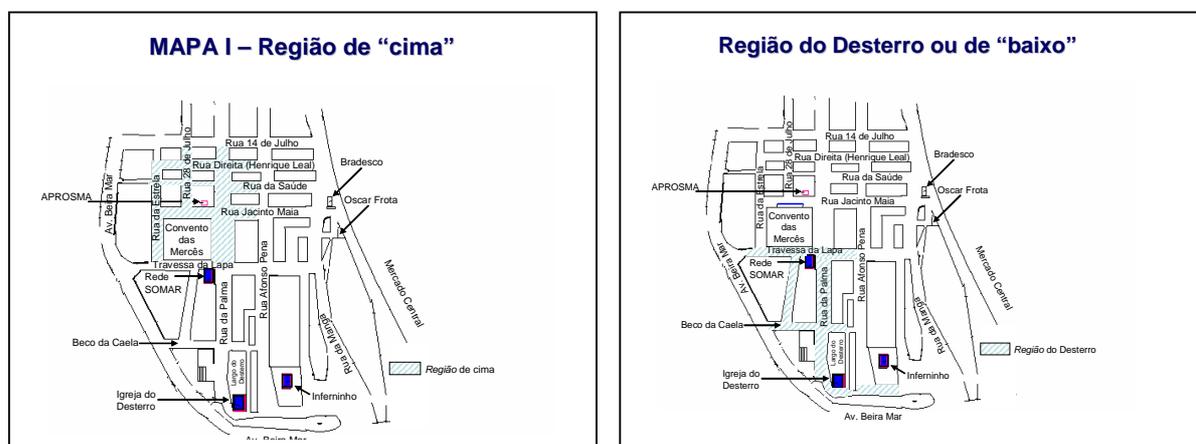
<sup>10</sup> Segundo Reis (2002, p.23), a ZBM se localizava “bem no coração do Centro Histórico de São Luís, e sua área era composta pelas ruas: Direita ou Henriques Leal; da Palma ou Herculano Parga; 28 de julho ou do Giz; da Saúde; da Estrela ou Cândido Mendes; boa parte da Jacinto Maia; Formosa ou Afonso Pena; Travessa da Lapa; Travessa Feliz; Travessa do Portinho; e Rua da Manga”, ou seja, numa área imediatamente contígua ao bairro do Desterro.

<sup>11</sup> Espaço no sentido geográfico, físico e social.

Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo.(BOURDIEU, 2003, p.113).

A produção do sentido e do consenso do sentido, da representação da unidade e da identidade dos grupos, no caso do objeto construído, são acionados por um princípio de di-visão que estabelece regiões, onde as representações do real se fazem real.

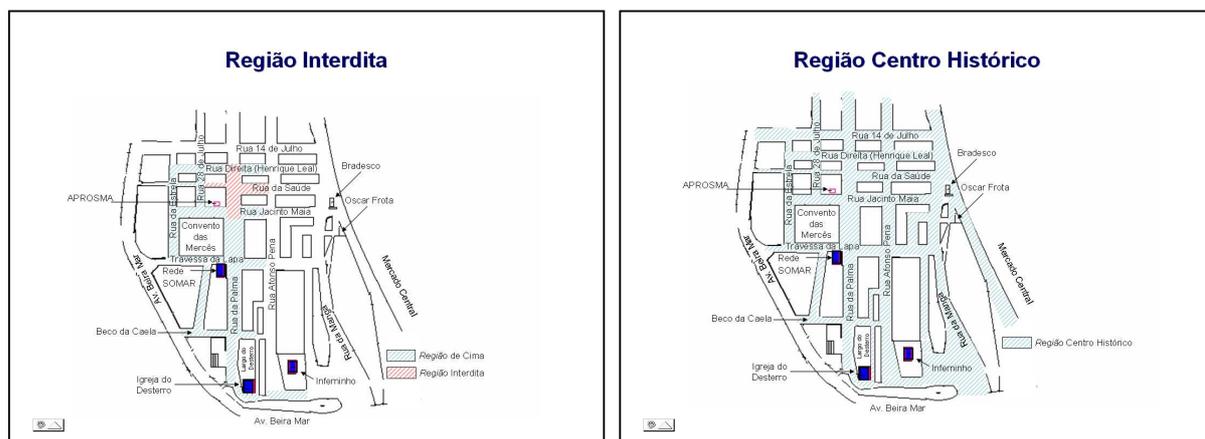
A interpretação dos primeiros dados construídos levou-me a elaborar, inicialmente, dois conceitos operacionais: região de “cima” e região do “Desterro”. O território<sup>12</sup> designado região de “cima” corresponde ao espaço físico onde existiram os mais luxuosos cabarés da Zona do Baixo Meretrício, englobando as ruas da Estrela, 28 de julho, da Palma (acima do Convento das Mercês), Jacinto Maia, rua Direita e da Saúde. Essa região é, normalmente, classificada pelos da região do “Desterro” como lugar de pessoas de baixo nível moral. O território designado região de “baixo” ou região do “Desterro” corresponde à área que se encontra imediatamente abaixo da primeira. Seus moradores são, normalmente, classificados pelos da região de “cima” como pseudo-elitizados e pseudo-moralizados.



O avanço das interpretações de campo colocou a necessidade de construir mais duas regiões: a interdita e a Centro Histórico. A interdita corresponde a uma di-visão intra-região de “cima”, e é classificada, normalmente, pelos de “cima” como o lugar da “malandragem”, do

<sup>12</sup> Utilizo *território* no sentido que Claude Rafastin (apud HAESBAERT, 1997, p.183) dá à territorialidade humana, como um conjunto de relações que desenvolve a coletividade -e, portanto, o indivíduo que a ela pertence - com a exterioridade e/ou alteridade por meio de mediadores ou instrumentos.

“tráfico”, de uma prostituição decadente e de desconhecidos, “gente de fora”. A região Centro Histórico foi construída com a finalidade de servir como ferramenta de aproximação com um movimento em curso, qual seja, a construção de uma formação social com interesses comuns e disputas entre os de “cima”, de “baixo” e os da interdita.



Nest artigo proponho-me a discorrer acerca da di-visão entre os que se auto-intitulam de “cima” e os de “baixo”. A contigüidade física dessas regiões aponta um outro problema a ser pensado: a construção de fronteiras entre estas. Como Barth (1997, p.195), ao pensar a questão da fronteira entre os grupos étnicos coloca que tais “fronteiras são sociais, se bem que podem ter contrapartidas territoriais”. Esse me parece ser, por vezes, o caso da fronteira que di-vidé as regiões de “cima” e do “Desterro”, uma fronteira social que parece apresentar um correspondente no espaço físico. O movimento de construção do objeto levou-me a identificar indícios da construção de uma outra região, a região Centro Histórico, onde as regiões estudadas (de “cima”, do “Desterro” e a interdita) por vezes se desconstroem, e suas contrapartidas territoriais parecem se diluir num só espaço.

No primeiro momento de investigação, as fronteiras entre as regiões (de “cima” versus do “Desterro” e de “cima” versus interdita) me pareciam separar rigorosamente universos sociais distintos. Embora, corriqueira e sutilmente, os moradores são identificados e/ou se identificam como pertencendo à região de “cima”, de “baixo” (ou do “Desterro”), ou à interdita; acionando um nós (aqueles que se reconhecem como jogando um mesmo jogo) em relação a um eles (apontados e dicotomizados como outros ou como estrangeiros) em outros

momentos, esses outros se reconhecem como mesmos, atravessando e diluindo fronteiras construindo uma só região: a Centro Histórico.

O movimento de construção do objeto levou-me a perceber que o conceito de fronteira formulado por Hall, seria mais adequado por abandonar uma noção binária de diferença, em prol da construção de uma noção aberta, onde mesmos e outros deslizam nas fronteiras que se constituem em lugar de trânsito:

O conceito fechado de diáspora se apóia sobre uma noção binária de diferença. Está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um 'Outro' e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora. Porém as configurações sincretizadas da identidade cultural caribenha requerem a noção derrideriana de *différance* — uma diferença que não funciona através de binarismos, fronteiras veladas que não separam finalmente, mas são também places de passage, e significados que são posicionais e relacionais, sempre em deslize ao longo de um espectro sem começo nem fim. (HALL, 2003, p.33)

Tomo, pois, como objeto de estudo o movimento de construção e desconstrução de fronteiras sociais entre os moradores das regiões de "cima", do "Desterro", interdita e Centro Histórico. Para tal intento, busco mapear critérios de classificação, acionados cotidianamente nas práticas e representações desses moradores, perscrutando indícios de processos e movimentos de identificação em curso.

A investigação desse problema só se faz possível na análise simultânea de práticas e representações dos moradores das regiões construídas. Não procuro mapear entre tais atores diferenças reais, por entender que a realidade é, antes, uma representação. Como coloca Bourdieu:

Só se pode compreender (...) a luta pela definição da identidade "regional" (...) com a condição de se passar para além da oposição que a ciência deve primeiro operar, para romper com as pré-noções da sociologia espontânea, entre a representação e a realidade, e com a condição de se incluir no real a representação do real ou, mais exactamente, a luta de representações, no sentido de imagens mentais e também de manifestações sociais destinadas as imagens mentais (e até mesmo no sentido de delegações encarregadas de organizar as representações como manifestações capazes de modificar as representações mentais) (BOURDIEU, 2003, p.103).

Nesse sentido, analiso construções de realidades a partir de representações do passado ou do presente dos moradores que se constituem em informantes desse trabalho.

Um outro conceito necessário como ferramenta de análise é a memória. Conforme aponta Bosi (1994), na definição de memória coletiva, formulada por Maurice Halbwachs, a

memória não corresponde a um *locus* onde o passado pode ser resgatado em sua forma pura (conforme defendera Bérghson), mas como lugar onde este é (re)feito, (re)construído, já que as experiências vividas pelos sujeitos e grupos sociais entre o tempo do lembrado (passado) e o tempo do vivido (presente) performam as lentes através das quais o passado é (re)lido. As lembranças são, portanto, construídas a partir de uma superposição de temporalidades; presente e passado se entrelaçam na memória.

Halbwach (1990, p.27) também sublinha o caráter coletivo inerente ao processo de construção da memória individual: “nossas lembranças permanecem coletivas e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos [...]. É porque na realidade nunca estamos sós.”

Esse processo coletivo de construção da memória individual não viabiliza, porém, a reconstrução literal da memória de um grupo. Os grupos se transformam com o tempo, relacionando-se com outros grupos, esfacelando-se e esfacelando consigo uma memória comum. Contudo, restam cacos dessa memória coletiva nas memórias individuais, que consistem numa perspectiva específica e particular daquela, refratada pelo tempo e pela relação com outros meios. Como aponta Halbwachs (1990, p.51), “diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que esse ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, que esse lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios”. É a partir de memórias individuais construídas coletivamente que investigo as representações do “como era antigamente” presentes nos discursos dos informantes.

Utilizo, como fontes observações e conversas informais registradas no caderno de campo e entrevistas gravadas. Optei por modificar os nomes dos informantes para preservar privacidade de cada um.

## **2. ENTRE A ZONA E O LAR: disputas pela legitimidade da memória do Centro Histórico de São Luís**

A construção das fronteiras se dá numa relação que expressa os interesses e poderes de diferentes agentes. Nesse sentido, elas se constroem e desconstroem em função das relações que se estabelecem no jogo de interesses políticos, sociais e econômicos.

No campo empírico em questão, diversos critérios entram em cena, numa dinâmica, onde os de “cima” e os de “baixo” vão se definindo e redefinindo, numa disputa pelo poder de afirmar “ser Centro Histórico”, “ser patrimônio da humanidade”.

Após a obtenção do título de Patrimônio da Humanidade pela cidade de São Luís, em dezembro de 1997, o “bairro” do Desterro vem sendo palco de investimento por parte de instituições públicas e privadas. Sendo pouco beneficiado pelas obras executadas durante o Projeto Reviver, que priorizou ações sobre o “bairro” da Praia Grande. A promessa e/ou a efetivação de ações no “bairro” do Desterro<sup>13</sup> tem modificado o cotidiano dos moradores.

As relações entre os moradores das regiões abordadas têm sido alteradas com a realização de investimentos (cursos de capacitação promovidos pelo SEBRAE e SENAC, estabelecimento de parcerias com o Banco do Brasil e o SEBRAE), que tem viabilizado a formação de Cooperativas. Intervenções em prédios ocupados como lugar de moradia (efetuados sob a gestão do IPHAN e do Núcleo Gestor do Centro Histórico), financiamento de projetos de educação patrimonial, aumento significativo de pesquisas acadêmicas, e anúncio de programas de moradia popular para moradores do Centro Histórico também têm interferido no seu cotidiano.

Neste artigo, intento apresentar disputas entre os de “cima”, identificados pelos de “baixo” ou por agentes internos como os da zona, e os de “baixo”, que se auto-representam pelo signo da família e da retidão moral, em torno da posse de uma memória legítima do Centro Histórico.

## 2.1 Quando os de “cima” são “figura principal”.

Morar há muitos anos na mesma região, construir laços de amizade entre si, “ser artista”, “ser morador do Centro Histórico”, “ser patrimônio da humanidade” e “ser figura principal” são alguns dos critérios positivos pelos quais os moradores da região de “cima” se auto definem. Critérios negativos também permeiam sua auto-definição: “ser desempregado”, “ser sem casa”, “ser sem educação”, “ser vulnerável à marginalidade” e “ser esquecido pelo poder público”.

---

<sup>13</sup> Alguns órgãos, como o Núcleo Gestor da Prefeitura de São Luís, SEBRAE, denominam Desterro a um *espaço* que abrangeria as *regiões interdita*, de “cima”, de “baixo” e ao “bairro” do Portinho.

“Isso aqui é uma amizade de muitos anos”, assim Fátima, moradora há 25 anos na região de “cima”, conceitua a relação entre os vizinhos do espaço onde funcionou a ZBM. Ex-prostituta, hoje casada e mãe de dois filhos, ao longo desses anos, mudou várias vezes de endereço, dentro de um espaço físico muito pequeno, a região de “cima”. Muitos outros moradores de “cima”, que ali vivem há trinta, quarenta anos, também habitaram, como Fátima, em muitos prédios e casarões daquele pedaço de chão. Sem possuir casa própria e convivendo com as intempéries de quem “mora de favor”, “vive debaixo da casa dos outros”, “invade prédios” ou paga aluguel, eles vivem numa contínua transumância de casa em casa e de prédio em prédio, movimentando-se dentro de um espaço formado por meia dúzia de ruas.

O “ser amigo” traz em si um outro critério de classificação. Entre os de “cima” é comum a valorização do ser “morador antigo”, critério este muitas vezes utilizado como distintivo em relação aos que não são, por muitos destes, considerados nem amigos, nem antigos e sequer moradores: os da região interdita, representados como “gente de fora”, “estranhos”.

O “ser patrimônio”, elemento agregador das regiões de “cima” e de “baixo” numa única região (a Centro Histórico), faz-se alvo de disputa entre elas, quando entra em cena a luta pela afirmação da memória/ valor histórico legítimo. Cada uma dessas regiões intenta arrogar exclusivamente para si a posse de tal elemento. Nesse tópico, analiso sua auto-atribuição pelos de “cima”, que o fazem, muitas vezes, no sentido de afirmar, que a memória/ valor histórico legítimo da região Centro Histórico localizam-se, exclusivamente, no espaço da região de “cima”. Já que os movimentos de identificação se constroem no contraste, em alguns momentos desse tópico, faço referência às regiões de “baixo” e Centro Histórico.

Das Dores aciona o atributo de “figura principal”, ou seja, aquela que, “na verdade”, teria feito a região Centro Histórico, o patrimônio da humanidade. A “figura principal” seria aquela que construiu a história dessa região, a que tem longo tempo de moradia nesse espaço. Para essa informante as “figuras principais” da região Centro Histórico viveriam hoje num território específico: a região de “cima”.

- A senhora já mora há quanto tempo aqui?

- Trinta e cinco anos.

- Trinta e cinco!

- Mas eu sou figura principal né? Assim é eu não sou figura principal é como essa questão de querer ser, é como uma questão que eu acho que eu sou, eu como todas as pessoas nós somos importantes, que

se não fosse a gente na verdade não tinha não tinha o culto, porque cê já imaginou? O o que que o turista viria vir ver aqui no centro histórico se não tivesse nenhum habitante, se não tivesse nenhum morador, certo? Então eu acho que a gente somos grandes colaboradores (entrevista cedida em julho de 2004, grifos meus)

Tanto na região do “Desterro”, quanto na região de “cima”, a categoria “morador antigo” traz consigo um certo *status* e percebe-se, inclusive, uma disputa pela legitimidade da memória entre as duas regiões. O “bairro” do Desterro tem sido palco de investimento de inúmeras instituições (IPHAN, Núcleo Gestor da Prefeitura de São Luís, SEBRAE, Governo do Estado do Maranhão, Companhia Vale do Rio Doce), e em muitos dos projetos realizados na área há uma ênfase na necessidade de registrar a memória e a história desse local. Esse, talvez, seja um dos elementos que torna compreensível a disputa pela posse de uma memória legítima intra e entre regiões.

O exame atento do discurso de Das Dores fornece algumas pistas. Enquanto “figura principal” – por ser moradora da região de “cima” (e moradora antiga) – Das Dores se ressentida dos esquecimentos sobre os quais a história da região Centro Histórico teria sido construída. Aponta que tal história, transmitida nas escolas e propalada pelos guias de turismo, é uma história “maquiada”, onde a prostituição da ZBM não aparece ou aparece de forma deturpada. Considera “que é uma história muito bonita por sinal”, que “deve ser resgatada como um todo”, “do jeito que ela é real”.

O saudosismo e a idealização do passado marcam o primeiro retrato da ZBM que constrói na sua narração, onde o lugar social de onde fala, qual seja, o de ex-prostituta da ZBM e de então presidente da APROSMA (Associação de Profissionais do Sexo do Maranhão), se demarca com mais relevo. É como uma grande festa que a ZBM é representada, com as ruas da Palma e 28 de julho cheias de gente, de modo que mal se podia andar; (“era mulher pra cá, era homem pra lá, era uma festa, em tudo que era bar tinha música”), com a presença de cantores consagrados em todo o país (“Valdique Soriano vinha era muito na zona”). Vejamos tal representação construída na fala abaixo:

Porque na verdade quem vinha na zona eram figuras ilustres, eram políticos, eram filósofos, entendeu? Eram essas pessoas que freqüentavam uma prostituição elitizada com mulheres bem vestidas com roupas de seda com jóias, né? Então assim tudo isso aconteceu aqui no Centro Histórico, aqui aonde hoje tem o título de Patrimônio da Humanidade. E assim eu acho que assim que tem que ver assim é começar a resgatar essas coisas também. Não é uma questão de resgatar pra re pra reviver.(pausa) Então é isso que eu acho assim que tem que trazer a história como ela era, como ela aconteceu, como ela foi.

como ela existiu, que a gente vivenciou também. Não é assim alguém que contou não, foi a gente que... [vivenciou] (entrevista cedida em julho de 2004)

Para Das Dores, essa história “muito bonita por sinal”, a história de uma “prostituição elitizada” freqüentada por “homens ilustres” só pode ser “resgatada como um todo” por aqueles que a vivenciaram. Só eles teriam legitimidade para falar “como era, como aconteceu, como foi, como ela existiu”. A posse de uma memória/valor histórico legítimos da ZBM (a de quem vivenciou e não apenas ouviu contar) é, pois, um outro critério de classificação a partir do qual moradores de “cima” se auto-definem e se valorizam. O ter sido prostituta, gigolô, garçom, costureira ou lavadeira de roupa dos cabarés da ZBM é um distintivo, e somente essas “figuras principais” teriam autoridade para falar da história daquele pedaço de chão.

Esta e outros informantes da região de “cima” têm prazer em contar o que denominam “a verdadeira história da ZBM”. Muitos deles se dizem irritados com os guias de turismo que trabalham nesse espaço, por passarem nas suas portas “mentindo”, “passando informações erradas”. “Deviam era me contratar para ciceronear as pessoas, os turistas. Eu é que devia ser cicerone [guia de turismo]” Assim seu Manoel manifesta seu descontentamento com o fato da maioria dos moradores de “cima” ser desempregada, enquanto muitos guias de turismo “que não sabem nada” ganham dinheiro “mentindo na cara da gente, na porta da gente”.

Uma moradora da região de “baixo” não parece comungar da mesma opinião de Seu Manoel. O perfil que traça do profissional habilitado para exercer a função de guia de turismo em nada se assemelha às qualidades enumeradas por este informante para legitimar o exercício do ofício de “cicerone”:

é o seguinte pra isso [para que São Luís possa honrar o título de Patrimônio da Humanidade] tem que ter uma pessoa exclusivamente que tenha conhecimentos profundos, de verdade, que saiba bem o português, que tenha uma dicção perfeita, que saiba demonstrar, explicar a igreja total, como é, os santos, aquelas esculturas, o que que fez, o que que faz, aquelas coisas do próprio bairro, entendeu o que que eu acho? Uma fiscalização melhor, pra que a gente possa ir e entrar, tanto os moradores como os próprios turistas pra não ser assaltado.(entrevista realizada em maio de 2005).

Conhecimentos profundos, dicção perfeita, emprego correto da língua portuguesa, esses seriam os elementos indispensáveis para um guia de turismo. Essas exigências em nada se adequam ao perfil de moradores da região de “cima” que, por vezes se representam como os mais indicados para ser “cicerone” (guia de turismo). Enquanto para alguns moradores de

“cima” a posse legítima de uma memória da ZBM legitimaria o exercício de tal função, para esta moradora da região do “Desterro”, o estudo e a formação é que conferem tal legitimidade.

A recepção que tive enquanto pesquisadora foi, normalmente, marcada por atitudes extremas. Muitos se mostravam irritados e por vezes perguntavam se seriam compensados pela entrevista<sup>14</sup>, outros se mostravam orgulhosos e se esmeravam em falar das coisas que pensavam ser interessantes para mim. Seu Manoel figura nessa segunda vertente. Às questões que lhe colocava, sempre procurava dar uma resposta mais erudita. Assim, quando lhe perguntei se tinha sido gigolô, ele me explicou que não, porque o gigolô propriamente dito “é aquele que a mulher da vida banca tudo, dá casa, roupa e comida”. Como morava com o pai e tinha o que comer e o que vestir, não se encaixava na categoria gigolô. Para resolver o problema conceitual, inventou uma nova categoria para si: “gostoso”. Para ele as mulheres só pagavam o lazer, “o cinema e a cerveja”.

Na fala desse mesmo informante ouvi pela primeira e única vez, entre os moradores das regiões abordadas, alguém dizer: “moro num cortiço”. As pessoas que moraram ou moram em habitações corriqueiramente designadas cortiço por um observador externo, referem-se aos seus locais de moradia usando as categorias “prédio”, “casarão” e “lá em casa<sup>15</sup>”, mas, na fala de Seu Manoel, três adjetivos preciosamente acionados – antigo, verdadeiro e primeiro – tratam de ressemantizar o termo, atribuindo-lhe uma conotação positiva. Ele mora num dos mais “antigos cortiços de São Luís”. São Luís teria dois “cortiços verdadeiros”: o que mora ainda hoje e um na Rua de São Pantaleão. Em relação à região Centro Histórico, o seu seria “o primeiro cortiço que tá na história por aqui”.

Quando lhe perguntei se as pessoas que moraram neste local também o chamavam de cortiço ele diz que não – chamavam “casa de Antônio Galinheiro” – e explica que chama de cortiço porque ouviu dizer que cortiço era isso: “aquele terraço no meio, quarto de um lado e quarto do outro”.

---

<sup>14</sup> Muitos deles chamavam as conversas com os pesquisadores de entrevistas, independente da presença de um gravador ou de anotações feitas ou não pelo pesquisador.

<sup>15</sup> É comum a referência a pessoas que moram no mesmo prédio, mas em cômodos diferentes, com expressões do tipo “essa menina é lá de casa”. O termo casa é, portanto, estendido ao prédio/casarão, não se restringindo ao cômodo em que se vive.

## 2.2 “No tempo que era zona era mais respeitado”: classificação dos de “cima” pelos de “baixo”.

Nas representações da ZBM elaboradas pelos moradores de “baixo”, normalmente há uma comparação imediata com a região de “cima” atual. Glória reconstrói uma outra imagem da “zona”, num tempo em que, afirma, era possível que famílias decentes morassem ao lado de cabarés. No tempo de sua mocidade, sua tia (“pessoa respeitada e de família”) morava na “zona”, mas isso não a impedia de visitá-la, pois “não tinha problema da gente não passar na rua nem se via cara de ninguém, tudo era fechado. E elas respeitavam...” Eis sua representação da “zona” de outrora:

Durante o dia essas mulheres não vinham nem na porta, que elas eram respeitadas e respeitavam as famílias. Elas só vinham de sete horas [da noite] em diante pra rua, pra rua não, era aberto assim pros homens entrar pra dançar ou namorarem lá como é que é. Que a gente não sabe, que a gente não freqüentava, zona mulher não entra, Deus me defenda. Quem ia era os homens (entrevista cedida em maio de 2005).

Com outras tintas pinta as cenas que diz ocorrerem na “zona” de hoje. Se, num outrora visto com saudosismo, “elas [as meretrizes] não tomavam gosto e nem você [as] via... Agora, agora você não vê um animal irracional trepando na rua, mas você vê um animal racional trepando na rua, é homem e mulher”. Nessas comparações Glória busca um tempo perdido. Afirma que não existe mais “zona” porque não há mais uma função social reservada às meretrizes: “hoje não tem mais zona, hoje tem motel. As próprias mulheres de família é que são as prostitutas de hoje: um dia vão com um, no outro vão com outro”.

Já Brena constrói suas representações da ZBM através das lembranças herdadas da avó e do pai. Ela e sua irmã mais nova repetem como alunas aplicadas que aprenderam a lição de cor: “no tempo que era zona era mais respeitado”.

Sem recordar decerto os motivos, Brena conta que, na década de 1980, morria de medo de passar pela rua da Palma (região interdita), caminho mais próximo para chegar ao colégio: “Eu e Bianca a gente passava durinha, não olhava nem pro lado”. Quando perguntamos a origem desse medo, ela afirma que “as pessoas comentavam Ah! Que ali não sei o quê, que era zona e não sei o quê, que era muito traficante, aí a gente vai ficando com medo”. Quando insisti na pergunta indagando se o motivo do medo era o tráfico ou a “zona”, ela se percebeu

com um medo cujas raízes se perderam no tempo: “Não, eu acho que na época, eu nem sei se ali era zona, menino. Porque pelo que eu saiba a zona mesmo era na 28. Aqui [referindo-se à Rua da Palma-região interdita] eu não sei se era, eu sei que agora é que o negócio é o tráfico mesmo que é muito grande, é muita droga”.

Se os motivos do medo no passado foram esquecidos, hoje aponta os motivos de seu mal estar: “mas hoje minha irmã, a gente passa ali é cada nome horrível, meu Deus do céu que a gente escuta, rum! Eles não respeitam: [Dizem] ê mano, joga aí outra cabeça. Cabeça de merla que eles chamam”. Além do tráfico escancarado, que é lido como desrespeito ao transeunte, outros elementos são acionados para classificar a “gente de fora” que vive na região de “cima”, tais como: o atoísmo, a sujeira, brigas e gritarias. “Gente porque ali é um atoísmo muito grande. A gente passa o povo é gritando na rua e é briga, é um com uma faca na mão querendo matar o outro. Menina é uma loucura. Aí quem vem minha irmã e olha isso daí, tudo sujo. Pra ali pra cima é tudo sujo, a gente passa de manhã dá até vontade de vomitar”.

A partir desses discursos de moradores de “baixo” percebo que a idealização da ZBM não é exclusiva das representações dos moradores de “cima”. Entre os de “baixo”, o luxo, a decência e o respeito também são atribuídos à “zona” de outrora. Embora entre eles também seja comum a menção ao fato de que na ZBM “mulheres não entravam, só os homens que iam”, nem menores<sup>16</sup>, o que sugere que tal ambiente representado como “decente e respeitado” não o fosse tanto assim.

### **2.3. Quando os de “baixo” são guardiões de histórias e gente de família.**

Entre os de “baixo” é comum o acionamento de critérios de classificação positivos para sua auto-definição: o ser morador antigo, ser conhecedor da história da região, ser de família, ser religioso, ser tranqüilo, ser instruído. Representações negativas também são acionadas em relação a sua região: referências a tráfico, prostituição, violência e “atoísmo”.

Entre os de “baixo” também é comum a valorização do ser “morador antigo”. Nos discursos de moradores antigos de “baixo”, o culto ao passado e a referência a um tempo perdido também são recorrentes. Se os de “cima” elegem a ZBM como sua história, os de

---

<sup>16</sup> Muitos moradores de “baixo” se referem ao papel da Polícia Militar - que funcionava onde hoje se situa o Convento das Mercês- e do Juizado de Menores, no controle da exclusão de menores do ambiente da ZBM.

“baixo” também se vangloriam de saber detalhes de uma festa religiosa que não se festeja mais, o nome e as histórias de um ex-morador famoso e até mesmo de, com precisão, saber descrever como a região do “Desterro” era antigamente, antes das intervenções públicas transformarem sua fisionomia. Se os de “cima” se dizem “figura principal”, os de “baixo” sentem-se guardiões de histórias da sua região.

Conversar com os de “baixo”, trazia sempre em si o risco de passar horas ouvindo-os falar, com orgulho e saudosismo, “como era o Desterro antigamente”. Do “Desterro”<sup>17</sup> muito bom de antigamente, muitas imagens se constroem: desde a calma do largo, onde se sentava no fim da tarde para contar histórias debaixo da figueira – que não há mais –, onde se distraiam com as preguiças que brincavam entre seus galhos, até as referências aos ilustres moradores que por ali passaram.

Isabel – que morou até os doze anos na região de “baixo”, sem nunca ter perdido o contato depois de sua mudança para a região de “cima” – recorda que, no tempo de sua infância, por volta da década de 1950, eram “famílias de nome que moravam no Desterro”. O “nome”, porém, para essa moradora, está mais ligado à distinção social do que à condição econômica. Segundo ela, ali não havia ricos, “eram pessoas remediadas”.

Já Glória, realça o glamour de um “Desterro” que conheceu na infância, ou que ouviu falar pelos pais e avós: “um lugar lindo, tradicional”, onde moravam pessoas importantes. Fazendo questão de frisar que também veio de uma “família tradicional”, reconstrói uma imagem com tal autoridade, que um ouvinte desavisado pensa que ela teria vivenciado esse tempo<sup>18</sup>: “Naquela época esta rua era linda, bonita, porque era tradicional, morava o Dr. Herculano Parga, morava o Delegado de polícia Flávio Bezerra, moravam gentes importantes como Dr. Matos que era bioquímico. Aqui tinha muita gente importante”.

Aroldo também faz questão de falar dos ilustres moradores do Desterro, dentre eles, seu irmão: outro personagem famoso da região por seu êxito como jogador de futebol e político.

Com saudade e ressentimentos um outro morador do “bairro” é lembrado: Padre Artur. Muitos informantes de “baixo” utilizam-no inclusive como referência de tempo. É comum entre eles ouvir-se a expressão: “no tempo do Padre Artur”. Alguns mencionam atividades por

---

<sup>17</sup> Nesse tópico quando utilizar a expressão “Desterro” refiro-me à *região* do “Desterro”.

<sup>18</sup> Muitos dentre a “gente importante” que Glória menciona, morreram antes dela nascer.

ele realizadas na região: cooperativas, cursos diversos para moradores do “bairro” e eventos religiosos. Uma moradora fala, com pesar: “quando Padre Artur morreu o bairro morreu junto com ele”.

Outros não escondem a raiva, acusando-o de traidor do povo do “Desterro”, quando se referem aos roubos de bens e relíquias pertencentes à comunidade do “Desterro” que teria deixado como herança para seus parentes.

A categoria “morador antigo” goza de prestígio entre os de “baixo”, não apenas pelo fato destes se auto-definirem como uma espécie de guardiões das histórias dessa região. O “ser morador antigo” traz em si outro critério de classificação: o “ser gente conhecida”. É comum entre os de “baixo” a representação dos moradores a partir das referências de sua família. Assim, os moradores mais antigos são, normalmente, associados ao nome e ao caráter de um parente mais conhecido. Um morador antigo de “baixo” é classificado por outros também antigos, não apenas por suas referências pessoais, mas pelas referências de sua família.

A valorização da família envolve também uma preocupação com a criação dos filhos. A educação é apontada como uma prioridade por muitos deles, tanto no que se estende à instrução, como à retidão moral. O índice de escolaridade entre os de “baixo” é apontado por muitos destes como superior ao dos de “cima”. Muitos se referem ao grande número de moradores com Ensino Médio e Superior completo. Em relação à retidão moral, muitos pais da região de “baixo” temem o contato de seus filhos com os da região de “cima”. Assim muitos deles preferem que seus filhos tenham contato apenas com moradores de “baixo” como eles gente de família, gente que presta. A referência às famílias não está ligada à valorização de sua condição financeira, mas a um histórico de retidão moral. Marta, moradora de “baixo”, ao se desentender com um vizinho de muitos anos, com quem tinha pouco contato, afirmou, decepcionada: “eu pensava que tu prestavas, não por tua causa, que eu nem te conheço, mais por causa da tua família.”

A valorização das referências de família entre os de “baixo” parece estar ligada à questão do casamento. Como coloca D. Nadir, que morou muitos anos na região de “cima” e

vive há vinte anos na de “baixo”, ali “todo mundo é casado. Só eu que não sou<sup>19</sup>”. Marta, mãe solteira, reconstrói que, quando grávida, muitos vizinhos perguntavam, indiretamente, se ia casar ou morar junto com o pai de sua filha. Uma ex-moradora de “baixo” recorda que, quando criança – há cerca de quinze anos – referindo-se à única mãe solteira de sua rua na época, perguntava-se, perplexa: “cadê o marido de Dinorah?”

Além da família e do casamento, a religiosidade católica parece ser um critério valorizado entre os “moradores antigos”. Frequentar a missa, participar de novenas são práticas comuns a muitos dos de “baixo”, que têm na Igreja do Desterro um de seus maiores símbolos. O bolo de tapioca e o chocolate depois do terço são aguardados por adultos e crianças. Esse ritual parece ser um dos momentos de produção de laços entre eles. Assim, enquanto os de “cima” jogam dominó, os de “baixo” fazem novenas e comem bolo.

#### 2.4 Quando a “zona” maculava a imagem do “Desterro”.

A história da região de “baixo” cruzou muitas vezes com a da região de “cima”. Embora os moradores de “baixo” também reconstruam uma ZBM decente, luxuosa e respeitada, na cidade de São Luís, a imagem dessa região parece ter sido maculada com a institucionalização da ZBM no espaço da região de “cima”.

Como aponta Glória, com a chegada da ZBM, moradores e visitantes “tradicionais” foram se afastando do “Desterro”. Assim se refere ao tempo em sua mãe chegou a essa região: “Bem, quando ela veio pra cá [região de “baixo”], apesar de ter só famílias tradicionais, porque ali [região de “cima”] era zona, da zona pra cá que era famílias tradicionais. Aí, quando veio a zona, as famílias tradicionais foram se mudando”.

Afirma que depois da mudança de sua mãe para o “Desterro”, esta passou a ter pouco contato com seus amigos, que só vinham visitá-la em ocasiões especiais, como quando de alguma festa religiosa na Igreja do Desterro:

aí quando ela [sua mãe] veio morar aqui, as famílias tradicionais foram morar na rua do Alecrim, na rua dos Afogados, na rua do Perspontão, na rua Rio Branco. Vinham visitar, mas era de ano a ano, por que

---

<sup>19</sup> Comparando as *regiões* de “cima” e de “baixo” em relação à questão do casamento, essa informante apontou que “lá pra cima ninguém é casado”. Mas é mesmo como se fosse, porque “os home moram junto com as mulher, dão as coisas pra ela”. Penso que seu livre trânsito entre os *territórios* das *regiões* de “cima” e de “baixo” lhe possibilita relativizar o comportamento distinto de moradores dessa *região em relação ao casamento*.

que vinham visitar? Porque tinha aqui a grande e valiosa procissão que era tradicional de Bom Jesus [inaudível]. Vinham, aí aproveitavam e faziam a visita e mamãe aproveitava e fazia arroz de cuxá com peixe frito, que quando terminasse íamos jantar, fazer uma ceia. (entrevista cedida em maio de 2005)

Não só a ZBM, mas também as residências próximas a ela, como as que fazem parte do que conceituo como região do “Desterro”, pareciam não gozar de um bom conceito frente aos moradores de outras áreas da cidade de São Luís. É o que sugerem as lembranças de infância de Marta<sup>20</sup>, desde então moradora da região do “Desterro”, que narra o estranhamento de suas colegas de escola quando dizia onde morava. Suas colegas diriam assustadas: “mas tu mora ali?”

A valorização do ser morador do “Desterro” parece ser uma construção recente. É o que sugerem as colocações de Marta “somente de uns anos pra cá as pessoas passaram a dizer que moram no Desterro, antes elas diziam que moravam no Centro”. Num passado próximo, essa região não parecia gozar de boa fama na cidade. Tendo sido palco de muitos roubos e assassinatos, a fama da região do “Desterro” era de ser uma área pesada.

Brena afirma que, até bem pouco tempo atrás, seus colegas de colégio traçavam uma imagem desfavorável da região em que vive: “o pessoal dizia logo que eu morava na zona, na 28 no Oscar Frota”. Mais recentemente, a imagem do “Desterro” parece estar sendo ressemantizada nas representações de agentes externos e de moradores. Bianca, irmã de Brena, afirma: “antes eles associavam muito [o Desterro] à zona, à 28, agora eles associam tudo – Ah! É ali perto do Reviver”.

## **2.5. Quando os de “baixo” são “a ‘porra’ elitizada”: “essa ‘porra’ é tudo uma ‘merda’ só”.**

“Hipócritas”, “pseudo-ricos”, “pseudo-elitistas”, “bairristas”, “metidos à besta”, “cus doce”, “cheios de frescura”, “só querem ser boyzinho, só querem ser patricinha” são algumas das categorias acionadas pelos da região de “cima” para classificar os de “baixo”. Os de

---

<sup>20</sup> Simultaneamente à construção desse texto, Marta realizava um trabalho acerca das transformações operadas nas representações do bairro do Desterro por agentes externos e moradores, a partir de uma comparação de dois momentos significativos para sua história: a década de 1970, quando ali se processam intervenções urbanas, e os anos mais recentes, quando a obtenção do título de patrimônio da humanidade pela cidade de São Luís, teria influenciado outras mudanças. Ver Silva (2005).

“cima” parecem acionar tais categorias a partir de um critério de classificação comum: a representação de uma pseudodiferença pelos de “baixo”. Para os moradores de “cima” que reconhecem explicitamente uma fronteira, esta não seria produto da diferença entre moradores dessas duas regiões, mas sim produtora de diferenças entre elas.

Dentre as categorias acionadas pelos de “cima” para classificar os de “baixo” sobressai um significado: a falsidade/aparência. São como “pseudos”, “metidos a”, e “que só querem ser” que os da região do “Desterro” são representados. Os de “cima”, normalmente afirmam a ausência de uma fronteira social entre as duas regiões. Nos discursos dos informantes de “cima” são recorrentes argumentos que negam a diferença entre as duas regiões, como se sentissem necessidade de representar os de “baixo” como iguais a si. Alegam que os atributos da pobreza, do tráfico e da prostituição, caracterizam também os de “baixo”. Em outros momentos os de “cima” acionam critérios que sublinham sua diferença em relação aos de “baixo”, quando com estes disputam o atributo da memória/valor histórico legítimos.

A prostituição é um outro elemento em torno do qual os de “cima” afirmam a invenção da diferença por parte dos de “baixo”. A questão do espaço físico é apontada como foco irradiador de critérios de classificação. Alguns informantes enfatizam nos seus discursos o fato da prostituição ser, tanto na atualidade, como no passado, uma prática comum às duas regiões. Como afirma Juca: “aqui teve cabaré, lá também teve. E foi lá que começaram os cabarés, não foi nem aqui”. Sua esposa Raquel, também frisa tal semelhança, narrando que, desde sua infância, garotas da região do “Desterro” faziam “ponto” nas praças da cidade e aponta que, até hoje, existem prostitutas “do lado de lá”, “mas como elas são [da região] do “Desterro”, ‘eles’ fazem de conta que não vêem”.

Assim reitera o argumento de que a fronteira é instituída e reproduzida muito mais a partir do espaço físico do que das práticas dos moradores, afirmando que o princípio de divisão das regiões “é uma questão de hipocrisia. Eu, sendo filha de prostituta se morasse lá [na região do “Desterro”] como moram muitas, ninguém dizia nada, mas como eu moro na 28 de julho...”

A referência ao tráfico e ao uso de drogas também é representada pelos de “cima” como uma atribuição dos de “baixo”, fundada no argumento de que seriam produto do meio, como se pode ilustrar nesse discurso de Das Dores:

Assim...[os de “baixo” dizem] Ah! no Desterro os adolescentes não usam drogas, os adolescentes que usam drogas são os adolescentes da Rua da Palma, da 28... Então, quer dizer, por quê? Eu já vivenciei uma pessoa falar que é: -Ah o Desterro não tem rapaz que usa droga, é na Rua da Palma [que tem]! Ah, mas também, eles são de lá (grifos meu, entrevista cedida em julho de 2004)

Contra-atacando essa representação dos de “baixo”, Seu Manoel se refere a Michele, traficante e estelionatário que teria vivido entre os de “baixo”:

Tinha muita gente que hoje eu vejo que é [não se mistura] com a gente de cima que vivia misturada com ele lá. Ele alugou até uma casa lá embaixo na rua Rio de Janeiro. E ele dava show: promovia novenas pra Nossa Senhora de Fátima e gente importante ia pra lá, pra tomar café, rezar, tinha a procissão. e ele era o chefe, ele que bancava tudo. E eles ficavam mudo e surdo pra esse lado [o tráfico] É a dupla moral, né. (entrevista cedida em novembro de 2004)

Assim, para os de “cima” a única forma de tornar inteligíveis as classificações acionadas pelos de “baixo” em relação a si, seria considerando-os “hipócritas” e portadores de “dupla moral”. Entendendo que práticas negativas – prostituição e tráfico – atribuídas, pelos de “baixo”, como exclusivas da região de “cima”, também ocorrem naquele espaço, mas “eles ficam mudo e surdo pra esse lado”.

Embora em situações extraordinárias, os de “cima” e os de “baixo” se reconheçam como nós, dizendo a uma só voz: “nós somos patrimônio”, esses “azulejos do Centro Histórico” disputam, ordinariamente, o atributo da memória/valor histórico legítimos. Os de “cima” que se auto definem como “figuras principais” e como portadores de uma memória legítima da ZBM, representam-na como a “verdadeira história do Centro Histórico”, que ainda “não foi contada e que deve ser resgatada como um todo”. Baseados nesse argumento atribuem para si uma diferença em relação aos de “baixo”: a de serem testemunhas da história da região Centro Histórico.

Tal representação pode ser ilustrada na fala de Juca: “O que que esse povo do Desterro quer ser? Eles não viram história nenhuma. Esse pessoal que mora lá, nem é daqui [de São Luís], são tudo de fora, vieram tudo do interior, chegaram depois”. Das Dores reitera essa classificação afirmando que aqueles dentre os de “baixo” que tinha alguma história há muito já teriam ido embora dessa região : “Que história que o Desterro tem? Tem poeta, jogador de futebol, que só fizeram nascer lá e depois foram embora. O Desterro não é nada. O Desterro são só duas ruas, gente”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Negando a diferença entre as duas regiões, os de “cima” atribuem a construção de fronteiras a uma di-visão de espaço físico; não haveria uma fronteira social mas uma fronteira física. Para os de “cima” a reprodução das fronteiras se efetiva através da negação de uma fronteira social, o que lhes faz construí-las ao classificar os de “baixo” a partir dos atributos da falsidade e da aparência.

Talvez poder-se-ia sintetizar tal representação da fronteira na bricolagem da fala de dois moradores de “cima”: “o Desterro é a ‘porra’ elitizada”, mas “essa ‘porra’ é tudo uma ‘merda’ só”.

## REFERÊNCIAS

BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CAMPOS, Marize Helena de. **Mariposas e pensões: um estudo da prostituição em São Luís do Maranhão na primeira metade do século XX**. São Paulo: USP, 2001. (Dissertação de Mestrado)

CORRÊA, Alexandre Fernandes. **Vilas, parques, bairros e terreiros: novos patrimônios na cena das políticas culturais em São Paulo e São Luís**. São Luís: EDUFMA, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

LOPES, Ana Néri Macedo. **Sexo, prazer e dor-contradições da mesma face do ser mulher: um estudo sobre modos de prostituição feminina em São Luís nos anos de 1950 a 1970**. São Luís: UFMA, 2004. (Monografia de Graduação)

MAGNANI, José Guilherme C. “Quando o campo é a cidade: fazendo Antropologia na metrópole”. In: MAGNANI, José Guilherme C e TORRES, Lílian de Lucca. (orgs) **Na metrópole: textos de Antropologia urbana**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP, 2000.

REIS, José Ribamar Sousa dos.. **ZBM**: o reino encantado da boêmia. São Luís: Lithograf, 2002.

SILVA, Creodecy Costa da. **Nos labirintos do patrimônio**: representações sobre o bairro do Desterro. São Luís: UFMA/PPGCS, 2005. (Dissertação de Mestrado)